



Em sua 19ª edição, evento compilou temas de interesse na área contábil, tanto no aspecto da legislação quanto de novas tecnologias, e também foi palco de apresentação de trabalhos científicos

REPORTAGEM

Convenção de Contabilidade do RS reúne mais de 1,9 mil profissionais na Serra Gaúcha

PEDRO CARRIZO, ESPECIAL JC
economia@jornaldocomercio.com.br

Três dias de evento, 42 palestras e painéis, quatro palestras magnas, apresentação de cases de inovação, mostra de trabalhos científicos, feira de negócios, exposições de parceiros locais. A programação da XIX Convenção de Contabilidade do Rio Grande do Sul, realizada entre os dias 25 e 27 de outubro, em Bento Gonçalves, foi intensa e debateu os principais temas do momento no segmento contábil.

Com a temática "Inteligência e Integridade Impactando a Sociedade", o evento reuniu mais de 1,9 mil profissionais e

empresários contábeis do Estado, além de 70 palestrantes. Entre os pontos altos, a aula magna do filósofo, escritor e ensaísta Luiz Felipe Pondé, sobre "O que a ciência dos dados nos ensina sobre o mundo, as pessoas e o trabalho", lotou o centro de convenções Fundaparque, onde foi sediada a convenção.

O encontro ainda contou com a apresentação de trabalhos científicos realizados em sete áreas temáticas, como auditoria independente e perícia contábil, gestão pública, ESG, controladoria e inovação. Outro tema muito explorado contemplou os impactos da reforma tributária.

"Pensamos em uma pro-

gramação personalizada para proporcionar aperfeiçoamento e percepções contemporâneas que contribuam em diferentes frentes de atuação, com reflexões e práticas focados no desenvolvimento econômico e social da classe contábil", diz Patrícia Arruda, vice-presidente de Desenvolvimento Profissional do Conselho de Contabilidade do RS (CRCRS).

Segundo Patrícia, a edição inovou e teve um resultado além das expectativas. "Foi um evento com um novo formato de estandes. A ideia era ter um ambiente acolhedor e agregador. Então, tivemos estandes baixos, para proporcionar uma visão ampla da convenção. De

todos os lugares, era possível visualizar os palcos e acompanhar as palestras", explica.

A vice-presidente destacou ainda a realização do Prêmio Inovar Contábil, uma distinção para profissionais e organizações contábeis com metodologias comprovadamente eficientes para o setor. Os cases foram apresentados, na etapa eliminatória e final, dentro do chamado "Grande Show Contábil", que mesclou as experiências concorrentes com números de música, circo e humor.

"Selecionamos alguns cases para compartilharem suas histórias de sucesso. O mundo hoje está pedindo compartilhamento, então nada melhor que boas práticas sejam conhecidas. E conseguimos fazer isso, trazer soluções sérias em Contabilidade junto com o teatro e música, o que deixou o encontro muito leve e foi um ponto alto da nossa convenção também", diz representante do CRCRS.

Na cerimônia de encerramento, foram conhecidos os

cases vencedores do Prêmio Inovar Contábil: Jonas Franciel Spies (Selo Ouro), Gabriela Maccarone Azambuja (Selo Prata) e Bruno Alex Londero (Selo Bronze).

O feedback dos expositores e patrocinadores também foi muito positivo, afirma Patrícia. Paralelamente à convenção, a Feira de Negócios e Oportunidades permitiu aos participantes conhecerem e incorporarem novidades em produtos e serviços direcionados à atividade contábil. Além da troca de conhecimento, um dos principais objetivos são as parcerias comerciais que se desenrolam e o networking.

A Convenção de Contabilidade gaúcha ocorre a cada dois anos. Outros palestrantes que participaram desta edição foram a jornalista Flávia Cintra, o jornalista Luciano Potter, o contador Jhonny Martins, o professor Steven Dubner e o criador da Gramado Summit, Marcus Rossi.

GESTÃO Entidade empresarial não tem fins lucrativos nem presta serviços jurídicos, e seu objetivo é proporcionar um ambiente colaborativo

Estado ganha Instituto de Gestores e Executivos de Tributos

FABIO MARTINS/DIVULGAÇÃO/JC

Buscando mais espaço para aprimorar discussões, troca de conhecimento e aprofundamento dos temas que impactam diretamente o cenário da gestão tributária nas empresas, foi lançado, em Porto Alegre, o IGET (Instituto de Gestores e Executivos de Tributos)

Idealizado pelo escritório Charneski Advogados, o instituto não tem fins lucrativos, nem presta serviços jurídicos. Seu propósito é ser um "think tank" (instituições que se dedicam a produzir conhecimento sobre temas políticos, econômicos ou científicos) de gestão tributária e oferecer um ambiente colaborativo em que todos possam se beneficiar do compartilhamento de ideias, experiências e melhores práticas. E, desta forma, contribuir para o desenvolvimento conjunto do conhecimento tributário, com profissionais gabaritados e de destaque em suas respectivas atuações.

Voltado a um público específico, de gestores executivos de

médias e grandes empresas, que têm a responsabilidade de liderar e de tomar decisões sobre assuntos tributários, a ideia é organizar e sistematizar o trabalho que era feito através do GET (Grupo de Estudos Tributários), desenvolvido nos últimos dez anos pelo Charneski Advogados, especializado nas áreas tributária e societária.

O projeto, realizado desde 2013, promoveu 27 encontros, reunindo mais de 80 executivos das áreas tributária, jurídica, contábil e financeira de empresas de renome da região Sul do País.

"Periodicamente, o instituto convidará e receberá palestrantes do Brasil e do exterior, que, de forma online, possibilitarão abranger a todos os associados, explanarão e trarão suas expertises dentro dos temas que envolvem as questões tributárias do País, como é o caso, neste momento, da reforma tributária, que tramita no Senado Federal", destacou Heron Charneski, advogado e contador,



Lançamento da instituição apresentou reflexões sobre o ambiente tributário empresarial no Brasil

fundador do IGET. Ele salientou ainda que, entre os aspectos importantes da entidade, está a observância de políticas de compliance dos participantes, bem como a neutralidade para tratar do tema.

"Estamos disponibilizando essa janela inicial, mas queremos que os executivos sintam-se à vontade para conversar conosco e propor ideias. Esse é um processo colaborativo, e não de um único dono. Tivemos a iniciativa de constituir, mas a gente quer muito contar com a opinião e com a colaboração de pessoas que estão nessa realidade, ou seja, que estão vivendo essas dores", enfatizou Charneski, que é mestre e doutor em Direito Tributário.

O evento de lançamento do IGET contou também com a presença do vice-presidente de Ges-

tão Tributária da Volvo para a América do Sul, o contador, analista tributário e escritor Augusto Flores, que trouxe um pouco das reflexões e do futuro do cenário tributário que vive o Brasil. Na ocasião, o advogado Tiago Rios Coster, sócio do Charneski Advogados e integrante do IGET, falou ainda sobre os impactos da reforma tributária em discussão no Senado Federal.

O executivo da Volvo iniciou sua fala apresentando as reflexões do livro "Manicômio Tributário", de sua autoria. Disse ao público que, justamente pelo sistema tributário brasileiro ser injusto, o País patina há anos em uma guerra fiscal, ambiente no qual imperam novos investimentos, fazendo com que importantes empresas, já atuantes no mercado, percam competitividade.

Entre as reflexões que Flores trouxe aos participantes, também está a questão de a carga tributária brasileira ser alta ou injusta. E ele tem o palpite que ela é muito mais injusta do que alta, quando se compara com outros países da Europa ou Estados Unidos.

"Nossa carga tributária é muito mais mal distribuída do que alta, pelo fato de termos um sistema regressivo. Precisamos ter mais imposto de renda do que imposto de consumo, além de que deveríamos desonerar a folha de pagamento", afirmou. Ele também abordou sobre o custo da gestão fiscal no País, mostrando que o Brasil tem os maiores departamentos tributários do mundo. Assim, observou o executivo, quando se fala isso para o investidor estrangeiro, é inacreditável.

Reforma tributária deve ser melhor esclarecida

O advogado Tiago Rios Coster expôs itens da PEC (Proposta de Emenda Constitucional) 45, que tramita no Senado Federal, e que dispõe sobre a alteração do sistema tributário nacional, com o objetivo de simplificar o processo de arrecadação sobre a produção e a comercialização de bens e a prestação de serviços. Ele comentou a respeito das principais mudanças, enfatizando o IVA (Imposto sobre Valor Agregado) dual. O modelo é dividido em um imposto para a União e outro para abranger os tributos regionais (estadual e municipal).

Na esfera federal, IPI, PIS e Cofins serão substituídos pela CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços). Já o tributo de competência compartilhada entre estados, Distrito Federal e municípios será o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), que substitui o ICMS, no caso dos estados, e ISS, por parte dos municípios. Além disso, Coster explicou que a cobrança será sempre no destino, e não mais na origem. Ou seja, a tributação será de acordo com a alíquota do local em que o bem ou serviço for consumido, de forma a neutralizar a cadeia

econômica e evitar guerra fiscal. "A PEC deverá trazer critérios para determinar o local do consumo nas vendas online, e o fator tributário deixará de ser um motivo determinante para o lugar de instalação da empresa", reiterou ele. O advogado também enfatizou um dos principais itens para que a reforma seja realmente eficiente: a não cumulatividade plena - crédito sobre todas as operações nas quais o contribuinte seja adquirente de bens, materiais e imateriais, inclusive direitos, e serviços.

Receita dá a receita

Receita implementa medidas de segurança migrando serviços para acesso exclusivo pela conta gov.br

A partir de 1º/11/2023, a Receita Federal vai aumentar a proteção aos dados e informações dos contribuintes, limitando o uso de código de acesso/senha para serviços digitais disponíveis no Centro de Atendimento Virtual (Portal e-Cac). Os serviços restringidos passarão a ser acessados exclusivamente pela conta gov.br, com nível de confiabilidade prata ou ouro. Cidadãos que, por algum motivo, não puderem elevar o nível de confiabilidade da conta gov.br poderão solicitar o cadastramento de uma procuração digital (www.gov.br/pt-br/servicos/cadastrar-ou-cancelar-procuracao-para-acesso-ao-e-cac) para que um representante legal possa acessar os serviços em seu nome. A limitação não impedirá, nesse momento, o acesso por código de acesso aos serviços que não constam em lista descritiva abaixo e não impede a criação de novos códigos de acesso, até que novas medidas de segurança e proteção de

dados sejam adotadas. A restrição ocorrerá em três etapas até o final de janeiro de 2024.

Respostas para as perguntas mais frequentes sobre o MEI

Para evitar a sua exclusão do Simples Nacional a partir de 01/01/2024, o contribuinte MEI deve regularizar a totalidade dos seus débitos, por meio de pagamento à vista ou parcelamento no prazo de 30 dias a contar da data de ciência do Termo de Exclusão. Mesmo que possua débitos com a Receita Federal e/ou com a PGFN e não tenha recebido Termo de Exclusão, é necessário que o MEI regularize suas dívidas para que não seja excluído do Simples Nacional e, conseqüentemente, desenquadrado do Simeii, por este motivo, em momento posterior. Disponibilizamos no link as perguntas mais frequentes sobre o MEI (www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/noticias/2023/setembro/receita-federal-notifica-mei-devedores-do-simples-nacional/perguntas-e-respostas-contribuinte-versao-2-agosto-2023.pdf).

REPORTAGEM Convenção de Contabilidade contou também com a 1ª edição do Prêmio Inovar Contábil

Iniciativas inovadoras no setor contábil são premiadas em evento promovido pelo CRCRS

PEDRO CARRIZO, ESPECIAL JC
 economia@jornaldocomercio.com.br

Um dos destaques na XIX Convenção de Contabilidade, realizada em Bento Gonçalves entre 25 e 27 de outubro, foi a premiação de projetos e metodologias inovadoras dentro da atividade, desenvolvidas por profissionais e estudantes da área. Durante os dias de evento, foram selecionadas 10 iniciativas, que puderam ser apresentadas no centro de convenções Fundaparque, mas apenas três finalistas receberam certificados do CRCRS na 1ª edição do Prêmio Inovar Contábil.

Uma dessas iniciativas reconhecidas consiste na criação de um sistema que cruza informações referentes a horas trabalhadas, custo fixo e salários versus horas alocadas em cada cliente e processos. Des-

ta forma, o software identifica em quais áreas estão os maiores custos do negócio e indica os processos que devem ser automatizados para reduzi-los. Também aponta os colaboradores com melhor performance e os que necessitam de treinamento.

Segundo o contador Jonas Spies, fundador da Online Contabilidade e da Taille Consultoria Financeira, o sistema inicialmente foi criado para resolver problemas internos de custos, mas hoje já está sendo comercializado no mercado, por meio da consultoria, com grande adesão de escritórios contábeis.

Embora a tecnologia personalize o diagnóstico conforme a realidade de cada negócio, grande parte da maior incidência dos custos está refletida no excesso de processos manuais. "Os contado-



Spies foi um dos premiados no evento

res precisam gerenciar tantas atividades ao mesmo tempo que, muitas vezes, não sabem o que automatizar. O nosso sistema aponta onde está essa dor", explica.

Outra iniciativa reconhecida foi a da contadora Gabriela Azambuja, proprietária de um

escritório em Vacaria, cuja metodologia teve como objetivo melhorar o ambiente de trabalho e reter profissionais, o que dependia também de ajustes em seu perfil de liderança. "Eu não sabia que meu escritório tinha tantos problemas até vir uma onda de demissões", conta Gabriela.

O primeiro passo para resolver a insatisfação no trabalho foi a capacitação pessoal.

Dali surgiram diversos insights, entre eles usar a metodologia do Design Thinking para aumentar o bem-estar dos funcionários. "Passei a realizar reuniões semanais de feedback, aumentei salários, reestruturei a equipe e também passei a realizar uma viagem de final de ano com toda equipe para melhorar a conexão do time.", detalha a gestora. Desde então, não aconteceram mais demissões.

Sescon-RS debate desonerações para setor de eventos

Durante a última edição da Convenção de Contabilidade, o Sescon-RS reuniu especialistas para discutir o Perse 2024 (Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos). De acordo com o advogado tributarista Rafael Borin, que mediu o evento, "o programa federal representa o maior benefício tributário concedido a um segmento na história do País". Isso porque a União "zerou" a carga tributária dos principais tributos federais pelo prazo de cinco anos. Ou seja, de março de 2022 até março de 2027, hotéis, cinemas, empresas de eventos, bares e restaurantes poderão se beneficiar dessa desoneração. No entanto, o advogado alertou que um dos problemas do programa é que ele não contempla os micros e pequenos empresários optantes pelo Simples Nacional, o que pode levar à migração para o regime geral.



"Grandes realizações não são feitas por impulso, mas por uma soma de pequenas realizações."

Em 04 de maio de 1933, através da Acta n.º 01 era sugerido a criação de uma Sociedade de Classe em que foi denominada Instituto Rio Grandense de Contabilidade e, em **04 de Novembro de 1943 recebeu a CARTA SINDICAL tornando-se sindicato representante da categoria, tendo sua denominação alterada para SINDICATO DOS CONTABILISTAS DE PORTO ALEGRE**

Parabéns **SINDICONTÁBIL PORTO ALEGRE** pelos seus 80 Anos de lutas e conquistas para a categoria dos Contabilistas e a todos que fizeram e fazem parte desta história.

Dilceu Birck dos Santos
 Presidente do Sindicontábil Porto Alegre

Parceiro


alterdata
 + Prosoft

OPINIÃO

Setor de franquias defende simplificação tributária

TOM MOREIRA LEITE

Em um País com 93 milhões de pessoas envolvidas com empreendedorismo, sendo que 51 milhões de adultos querem ter um negócio dentro de 3 anos, as franquias ocupam um papel fundamental de inclusão empreendedora que modelo algum é capaz de entregar – e com uma taxa de mortalidade, no mínimo, quatro vezes menor do que a de empresas em geral.

Não obstante, a mesma pesquisa GEM (Global Entrepreneurship Monitor), do Sebrae, que traduziu em números as informações acima – e que já víamos diariamente, tête-à-tête, em feiras e eventos do franchising –, foi a mesma que mostrou que ter o negócio próprio já é o segundo maior sonho do brasileiro. Esse desejo não só cresceu: disparou. Foi recorde em mais de duas décadas de pesquisa e está quase empatado, apenas 1 ponto porcentual abaixo, com o maior sonho, que é o de viajar pelo Brasil.

Hoje, o franchising brasileiro representa mais de R\$ 211 bi-

lhões em faturamento por ano (cerca de 2,5% do Produto Interno Bruto Brasileiro), em mais de 184 mil operações de Norte a Sul do País. É um setor presente em 62% dos municípios brasileiros e, mais do que isso, emprega diretamente aproximadamente 1,6 milhão de pessoas, sendo que, desse total, podemos afirmar que um quinto advém do primeiro emprego. Contra dados não há fatos!

Porém, o fato é que um modelo de negócios que conta com transferência de know-how, qualidade de gestão e força colaborativa do trabalho em rede – o que torna suas operações mais resilientes e capazes de passar com eficiência por crises como a sanitária de 2020 e 2021 – não pode se constituir por si só em fator único de sucesso para escalar negócios de maneira rápida e organizada. O ambiente de negócios onde esse sistema está inserido precisa criar condições para que mais brasileiros realizem seu sonho de empreender.

A carga tributária, que tanto tem se discutido em meio à tão esperada reforma tributária

brasileira, não pode ser algo de um setor intensivo em mão de obra, como o franchising. A eficiência não pode ser penalizada. Os elos desse sistema não podem ser enfraquecidos. Os milhares de empresários do franchising dependem de um ambiente justo de negócios que estimule o empreendedorismo e a livre iniciativa para, assim, continuarem gerando cada vez mais riquezas, empregos e renda para o País.

Com isso, além da simplificação tributária em análise no Congresso Nacional e da manutenção do Simples Nacional – sistema tributário adotado por quase a totalidade dos franqueados –, o franchising defende a geração de créditos tributários para as empresas intensivas em mão de obra, cujos custos previdenciários são bastante elevados. É bom lembrar que, segundo o IBGE, empresas de serviços chegam a ter até 80% da sua receita bruta comprometida com gastos com empregados!

Outra demanda da ABF é a criação de um regime específico de tributação ou redução de

60% nas alíquotas padrão da CBS (Contribuição Social sobre Bens e Serviços) e do IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) sobre as receitas decorrentes de contratos de franquia.

Os pleitos defendidos pela ABF já foram apresentados em forma de três emendas na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) pelo senador Hiran Gonçalves (PP/RR). Vários outros senadores também receberam a ABF para esse debate colaborativo, como Espiridião Amin (PP/SC), Irajá Silvestre (PSD/TO), Laercio Oliveira (PP/SE) e Petecão (PSD/AC).

Com a observância desses pontos, a entidade que representa oficialmente o franchising brasileiro tem por objetivo assegurar melhores condições de negócios para o setor, reafirmando o seu compromisso de ser a voz de milhares de brasileiros que têm um grande sonho: empreender. Participe você também: www.abf.com.br/eudefendoofranchising/.

**PRESIDENTE DA ABF -
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE
FRANCHISING**



Outra demanda é um regime específico de tributação ou redução de 60% nas alíquotas padrão da CBS e do IBS sobre as receitas decorrentes de contratos

Benefícios do BPO Contábil para empresas estrangeiras no mercado nacional

IGOR MEIRELES

O Brasil tem se revelado como um mercado promissor para empresas estrangeiras em busca de oportunidades de investimento. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no primeiro trimestre de 2023, o Produto Interno Bruto (PIB) do País cresceu 1,9% em relação ao trimestre anterior. A economia dá sinais de melhoria, com a redução das taxas de juros e da inflação, instilando uma confiança crescente de que o Brasil está trilhando um caminho de estabilidade fiscal e economia de mercado.

O Boletim do Mapa de Empresas, mostrou que no primeiro quadrimestre de 2023, o Brasil registrou 21.020.285 empresas ativas considerando matrizes e filiais. Além disso, o Banco Central estima uma entrada de US 75 bilhões em investimentos estrangeiros diretos na economia estrangeira neste ano.

Entretanto, a entrada de empresas estrangeiras no mercado brasileiro pode se deparar com desafios complexos,

devido às peculiaridades do sistema tributário e contábil do País. A ausência de uma equipe interna especializada em questões contábeis, ou a falta de uma consultoria contábil para cuidar das rotinas de back office, pode prejudicar significativamente a capacidade de operação dessas empresas no Brasil.

Os benefícios do BPO Contábil

A solução mais recomendada para empresas estrangeiras que desejam ingressar no mercado brasileiro é a adoção do BPO Contábil, ou seja, a parceria com uma consultoria contábil especializada. Isso torna o caminho mais eficaz, pois uma empresa de BPO oferece uma gama de serviços abrangentes, que inclui contabilidade, folha de pagamento, assuntos tributários e financeiros. Uma consultoria contábil possui um profundo conhecimento do sistema tributário e contábil brasileiro, essencial para garantir a conformidade com as leis e regulamentos locais. Isso também reduz os

riscos de problemas fiscais e legais ao operar no Brasil, graças à experiência da empresa de BPO.

A principal vantagem do BPO Contábil é que ele permite que a empresa estrangeira se concentre em seu core business, enquanto especialistas cuidam dos detalhes operacionais. Isso pode economizar tempo, recursos e reduzir erros, o que é particularmente crucial ao entrar em um mercado com regras e regulamentações complexas, como o Brasil.

Além disso, uma empresa de Outsourcing Contábil pode auxiliar no processo de abertura da empresa estrangeira no Brasil, lidando com os trâmites burocráticos complexos e garantindo que a empresa inicie suas operações sem contingências fiscais.

Na Bernhoeft, por exemplo, auxiliamos uma grande empresa de gestão aeroportuária em sua expansão no Brasil. Fornecemos suporte próximo e priorizado para suas consultorias, abordando dúvidas e desafios decorrentes dessa expansão. Ajudamos na gestão de audito-

rias estrangeiras e na preparação da documentação, tornando a adaptação às constantes mudanças, como a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), uma tarefa que ‘descomplicamos’ graças à nossa expertise.

A importância do BPO Contábil para empresas estrangeiras

Com o projeto da reforma tributária em andamento, previsto para um período de transição de 10 anos, espera-se uma simplificação tributária e maior segurança jurídica no Brasil. No entanto, durante essa transição, empresas de BPO (Contabilidade, Tributário Folha de Pagamento e Financeiro) precisarão gerenciar as complexidades fiscais do modelo tributário atual e do novo modelo proposto.

A reforma tributária deverá alinhar o sistema tributário brasileiro com padrões globais adotados por Países desenvolvidos, seguindo o modelo internacional de contabilidade (IFRS) implementado pelo Brasil há alguns anos.

Em resumo, o BPO Contá-

A principal vantagem do BPO Contábil é que ele permite que a empresa estrangeira se concentre em seu core business

bil é uma ferramenta vantajosa para empresas estrangeiras que buscam sucesso no mercado brasileiro. Ele oferece a expertise necessária para navegar pelo sistema tributário e contábil local, além de reduzir os riscos e garantir a conformidade legal. À medida que o Brasil avança em direção a um ambiente tributário mais transparente e alinhado com padrões internacionais, o papel fundamental do BPO Contábil só se fortalece.

SÓCIO E RESPONSÁVEL PELAS ÁREAS DE BPO E CONSULTORIA TRIBUTÁRIA DA BERNHOEFT